A CRÍTICA DO NEODESENVOLVIMENTISMO NOS GOVERNOS LULA DA SILVA (2007-2010)

Iris Sunsyaray M. Feliciano de Andrade[1]

RESUMO

O artigo discute a processualidade neodesenvolvimentista na sociedade brasileira, nos governos Lula da Silva. Um contexto em que pareceu avançar na oferta de serviços e bens à população e que foi compreendido por um corpo significativo de intelectuais, inclusive os de tradição progressista, como uma fase de modificações nas bases da sociedade. Deste modo, busca-se compreender esse período sob a luz da teoria social de Marx. A investigação nos mostra que esse contexto tratou de uma sutil e silenciosa ofensiva do grande capital, ocasião na qual setores burgueses realinhavam a sua hegemonia para um projeto futuro ainda mais brutal e violento às classes trabalhadoras e populares.

PALAVRAS-CHAVE: Neodesenvolvimentismo. Estratégia burguesa. Governos Lula da Silva.

ABSTRACT

The article discusses the neodevelopmentalist process in Brazilian society, during the Lula Silva administrations. A contexto in which it seemed to advance in the offer of services and goods to the population and which was understood by a significant body of intellectuals, including those with a progressive tradition, as a phase of changes in the bases of society. Thus, we seek to undersrtand this period under the light of Marx's social theory. The investigation shows us that this contexto dealt with a subtle and silente offensive by big capital, an occasion in which bourgeois sectors realigned their hegemony for a future project even more brutal and violent to the working and popular classes.

KEYWORDS: Neodevelopment. Bourgeois Strategy. Lula da Silva Governments

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o neodesenvolvimentismo ganha respaldo no primeiro decênio do século XXI. Defendia-se a ideia de uma integração coesa entre o Estado e o mercado para que ambos atuassem em harmonia visando o alcance do crescimento e desenvolvimento nacional. Retoma-se nesse ínterim as concepções desenvolvimentistas adotadas no país nos anos

[1] Graduada em Serviço Social (UFPE), Mestra em Serviço Social (UFPB) e Doutoranda em Serviço Social (UFRJ). E-mail: iris_sunsyaray@hotmail.com

noventa, um modelo econômico pautado no estimulo da atividade industrial interna para o crescimento nacional, prezava-se pelas relações (internas e externas) capazes de contribuir com o quadro econômico nacional e com o fortalecimento do país diante do mercado internacional, por isso não se incentivava as práticas de importações (GONÇALVES, 2012). Esse formato se sustentava com o apoio do Estado que realizava ações de empréstimos e isenções tributárias às indústrias e fábricas naquela ocasião, tendo em vista impulsionar as mesmas para a produção.

A possibilidade de um novo desenvolvimentismo quanto tendência se projeta em um contexto de crise do neoliberalismo[2] na América Latina. Por volta da década de 1990, países como Argentina, México, Venezuela, Bolívia e Equador enfrentavam um quadro de acentuada desestabilidade social e econômica, com altíssimos percentuais de desempregos, inflação sobrelevada, aumento da dívida pública e um forte recuo dos direitos sociais e serviços ofertados pelo Estado, eis os rebatimentos da aplicação neoliberal na região (CASTELO, 2013). É nessa quadra que se tem um salto de consciência de classe das camadas subalternas mais atingidas pelas medidas liberais imperialistas e se começa a emergir na localidade, movimentos reivindicatórios ao formato neoliberal e aos seus representantes políticos.

Esses levantes populares conferiram espaço para a chegada de governos progressistas, de cunho esquerdistas, nos mais elevados cargos políticos. Como estratégia política, temendo perder um espaço historicamente "controlado", as classes dominantes recompõe o seu "modus operandi" e vende um projeto burguês com a ideia central de unir crescimento econômico e desenvolvimento social. Uma espécie de junção entre os fatores julgados como "positivos" do Consenso de Washington[3] e os "acertos" do Nacional- Desenvolvimentismo[4] (GONÇALVES, 2012).

No Brasil, não há protestos humanitários como os que ocorridos na América Latina. Contudo, a tendência da região ressoa em nosso cenário interno. Os governos de Fernando

[2] O neoliberalismo compreende um sistema de livre-mercado, das liberdades individuais e econômicas, essa racionalidade prega a intervenção do Estado apenas em situações de descompasso do mercado. Neste caso, o Estado atua como um suporte do mercado. Os defensores dessa lógica visam o avanço tecnológico, a geração de riquezas e o bem-estar da população (CASTELO, 2013).

[3] O acordo de Washington foi um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos (EUA), que reuniu a cúpula econômica dos EUA e os principais governantes da América Latina, foi nessa reunião que se decidiu uma série de definições para legitimar a implantação da ideologia do mercado nos países periféricos a fim de conquistar avanços nas esferas socioeconômicas dessas regiões.

[4] Política econômica desenvolvimentista praticada no Brasil entre 1930 e 1970, baseada em três pilares determinantes: nacionalismo, intervencionismo estatal e defesa da indústria nacional.

Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), aplanados na racionalidade neoliberal também tiveram resultados pífios e desastrosos para economia nacional com crescentes dívidas externas e um profundo processo de recessão econômica fatores que produziam uma grave instabilidade nacional. Mesmo sem uma presente reação da população, o cenário regional repercute no país que acompanha o movimento burguês para se manter ao poder como estratégia política para continuar garantindo a sua hegemonia na sociedade brasileira burguesa.

Deste modo, a partir do segundo mandato de Lula da Silva (2006-2010), se efetiva um rearranjo político marcado pela conjunção do incentivo ao crescimento econômico e a promoção de políticas e investimentos em âmbito social. Uma conjuntura que viabilizou ganhos históricos as classes trabalhadoras ao tempo que oportunizou uma efetiva substancialização do capital lhe munindo de aportes para futuras ofensivas ainda mais radicais e violentas às classes subalternas. Vendiam um capitalismo solidário e integrador em oposição ao capital rentista financeirizado, hegemônico nos anos 1990 e apontado pelos novos desenvolvimentistas como o responsável das drásticas consequências do “livre-mercado” a nível social e econômico (CASTELO, 2014).

A concepção de neodesenvolvimentismo empregada nesta investigação é a mesma trabalhadora por Ferreira (2018), na qual o define a um só tempo como um ideário político que prega crescimento econômico e social, um modelo econômico que favorece o grande capital orientado pelos organismos internacionais e viabiliza ganhos e concessões à população por intermédio de políticas estatais e uma tendência latino-americana em que países estratégicos da região contestaram o rigor neoliberal e suas deletérias consequências sociais.

Entendemos que o termo “neo” é utilizado pelos novos desenvolvimentistas como modo de evidenciar a continuidade dos fundamentos desenvolvimentistas dos anos noventa, porém, atualizando-o quando propõe a conciliação entre capital e trabalho sem problematizar as suas históricas contradições. Não consideram a condição subjugada do país, o lugar que o mesmo ocupa na divisão internacional do trabalho, uma posição determinada que atende aos desígnios das grandes potências capitalistas. Apenas discutem uma aliança entre a macroeconomia e o Estado, e a importância de se elevar os índices econômicos, ao mesmo tempo de garantir os “mínimos sociais a população de baixa renda”.

Objetivamos nesse ensaio demonstrar a real aplicação do neodesenvolvimentismo no Brasil que se difere por completo do que analisa seus adeptos. Para tanto, desvelaremos suas

principais contradições presentes por trás dos discursos que compreendem esse período como o de grandes transformações sociais. Assim, caminha-se para uma análise que considera a totalidade dos fatos, a complexidade da sociedade brasileira no seu estágio recente, buscando afastar-se de uma análise aparente e superficial.

Para decifrar os fatos, adotamos o método materialista histórico dialético por nos permitir capturar do objeto as suas múltiplas determinações. Pois, compreendemos que a realidade dada não nos concede o alcance da substância do objeto. "a essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno" (KOSIC, 2002 p.15). E, portanto, compreender o fenômeno é atingir a sua essência, partindo das determinações abstratas e gerais para o concreto. As ferramentas teórico-metodológicas que nos permitem apoderar-se da matéria investigada serão associadas pela pesquisa de natureza bibliográfica (livros, teses, dissertações e artigos científicos) e a documental (fontes secundárias – revistas, livros, dados de produção, sites).

2 DESMISTIFICANDO O DISCURSO DOS NOVOS DESENVOLVIMENTISTAS: A REAL APLICAÇÃO DO NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

Nesse ponto analisaremos a ótica dos estudiosos que compartilham e seguem as narrativas petistas de ascensão social nunca antes vista na conjuntura brasileira, como também problematizaremos esses dados e análises dessa processualidade estudada por meio das investigações dos intelectuais que emitem uma crítica radical (FERREIRA, 2018) a esse contexto. Para tanto, selecionamos áreas específicas daquele momento para compor a nossa análise como a questão ambiental, o debate ambiental, sindical, trabalhista, entre outros. Fizemos o esforço de compilar esse debate tendo em vista os limites desse artigo, portanto, trazemos uma breve contextualização dessa quadra.

2.1 A análise feita pelos intelectuais orgânicos do governo

O Neodesenvolvimentismo foi propalado como um momento de crescimento social nunca antes visto na história do país. O discurso oficial dos governos petistas reiteravam essa tese e a validavam por meio de dados da economia política nacional. Nesta mesma concepção seguiam os chamados "intelectuais orgânicos do governo"[5] (FERREIRA, 2018) que reconheciam que o período em curso atuava modificando as estruturas da sociedade capitalista e que a condução político-econômica petista divergia por completo da ótica neoliberal.

Nessa leitura, defende-se que os mandatos petistas logrou a redução das assimetrias nacionais, o acesso a bens e serviços a classes relegadas historicamente, a efetivação da ampliação de postos de trabalho, um aumento significativo do salário mínimo, a garantia de direitos basilares como a alimentação, água, saneamento básico, energia, habitação, educação, saúde e bens de consumo.

Destaca-se nessa quadra, a ampliação de programas sociais, como os de transferência de renda, a abertura do crédito a pessoa física e a consequente viabilização do consumo, o incentivo às empresas de capital nacional por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e as grandes obras na área de infraestrutura viabilizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essas análises se firmam na constatação de dados daquela realidade. Segundo Barbosa (2013) o PIB sai de um patamar de 2,1% em 2002 para 4,3% em 2006. A inflação diminui de 8,7% em 2002 e chega em 7,5% em 2005. Só o ano de 2004 apresenta uma elevação no crescimento de 5,8%, enquanto que entre 1995 e 2003 não havíamos passado a margem de 2% de crescimento (CARVALHO, 2018).

Fomentando esses dados, Saad Filho e Morais (2018), apresenta que em 2005, o país quitou antecipadamente o empréstimo ao FMI, o equivalente a US$ 23,3 bilhões. Fato este que teve grande significado político e econômico. Nesses termos, tem-se o registro de uma melhora econômica com a subida do PIB para 5,2%.

Esses avanços se explicam da relação comercial que o país fazia com a China, na qual exportávamos em larga escala commodities, grãos, soja, carne, matérias-primas e recursos naturais. As trocas com a China animou a economia brasileira, tal período ficou conhecido

[5] Nomes como Mattoso (2013), Barbosa (2013), Sader (2013) e Pochmann (2013), Garcia (2013) compõem essa leva.

como o "boom das commodities" (BARBOSA, 2013). O valor das exportações aumentaram, de 1999 a 2003 o número se elevou em até 50%, totalizando US$ 73 bilhões, enquanto a importação, se manteve estável nos US$ 50 bilhões, o que expandiu o capital de giro, elevando inclusive as reservas internacionais de US$ 8,7 bilhões em 2002 para 25 bilhões em 2004. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 144)

Os dados sociais também mostravam-se animadores. A taxa de pobreza extrema caiu de 26,7% em 2002 para 12,8% em 2012. A classe média subiu de 38% para 52% e o índice de gini[6] reduziu de 0,589 em 2002 para 0,527 em 2011 (MATTOSO, 2013). Entre 2004 e 2010 ocorreu uma elevação na renda dos trabalhadores de 3,3% e o índice de trabalho subiu 5,5%, a participação do rendimento no trabalho chegou a 14,8%, uma vez que se investiu em um aumento progressivo do salário mínimo baseado nos rumos da inflação e do PIB do país. A desigualdade na distribuição pessoal de renda do trabalho chegou a reduzir em 10,7% (POCHMANN, 2013). O Brasil era visto como um país do futuro.

O fato é, houve avanços inegáveis. O país saiu em 2003 da 13ª posição no ranking de maiores economias globais para a 6ª em 2011, chegando a ultrapassar a Grã- Bretanha. O coeficiente de gini para desigualdade indicava 58,6 em 2002 e chegou em 52, 9 em 2013 (BBC NEWS BRASIL, 2016), e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que possuí uma escala de 0 a 1, segundo os relatórios da ONU, se elevou de 0,649 no início dos anos 2000 para 0,699 em 2010 (RBA, 2010). Abaixo, trazemos um panorama dos principais "agentes" responsáveis pela materialização do ciclo de crescimento econômico nacional.

2.2 A crítica do neodesenvolvimentismo

Para Sampaio Jr. (2017, p.141), os estudos que apenas expõe as políticas de crescimento e seus resultados positivos no plano da realidade apresentam uma visão limitada dos múltiplos e contraditórios processos ocorridos na totalidade. O autor reconhece a importância das políticas compensatórias, das iniciativas de recuperação e aumento salarial, a abertura de empregos formais, o acesso ao crédito, entre outros. Assim como, admite as

[6] Indicador para medir o grau de concentração de renda para determinado grupo. Ver: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>.Acesso em: 19/04/2020.

consequências favoráveis desse processo para parte expressiva da população como a queda do índice de Gini e a considerável redução na disparidade de renda nacional, minorou a distancia entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos de 53 vezes em 2002 para 39, em 2010.

Porém, defende que essa narrativa por si só sem o exame de elementos subjacentes à sociedade capitalista, corresponde a uma visão unilateral e deturpada da conjuntura em questão, em que se defende muitas vezes de modo arbitrário os aspectos de crescimento em detrimento dos elementos que não reforçam essa compreensão. Para ele, esta condução não permite uma verdadeira compreensão daquele momento histórico.

Sampaio Jr. (2017, p. 143) argumenta que entre os anos de 2003 e 2011 o crescimento registrado de 3,6% ao ano ficou bem abaixo do previsto quando equiparado com os 5% ao ano necessário para a absorção da força de trabalho que estava dispersa, "excluída" da possibilidade de um emprego formalizado. Conforme nos fala o autor, essa perceptível recuperação interna correspondeu à alta liquidez do mercado internacional com o boom das commodities. Mesmo assim, ressalta que o investimento interno ficou abaixo da casa dos 17% do PIB, revelando um pequeno acréscimo quando comparado com os oito anos do mandato FHC e uma baixa considerável se analisada a trajetória nacional entre os anos de 1970 e 1990.

Quanto à elevação salarial ocorrida no período, Moura (2016)[7] apud Ferreira (2018) postula que o plano de aumento desenvolvido pelo governo federal junto às grandes centrais sindicais atendeu de modo direto ao desígnios do capital mundializado. Conforme a autora, o Banco Mundial apontava os baixos salários como um dos motivos da pequena procura de crédito da população. A lógica assumida era que para se garantir um aumento da demanda de crédito, teria que primeiro promover um aumento dos ganhos salariais dos trabalhadores. Nesse sentido, a expansão da renda serviria para alavancar a solicitação creditícia por pessoas físicas e favorecer o grande capital financeiro.

Essa facilidade de crédito acarretou em longo prazo, no alto endividamento da população chegando a 62,7% em 2015 (FERREIRA, 2018). Sampaio Jr., (2017) também critica a forma em que se inseriu parte da população no mercado de consumo, para ele essa abertura se deu de modo artificial. Uma vez que a posteriori, essa fração que obteve acesso ao

[7]MOURA, Rivânia. **Crédito consignado: potência inteiramente nova de expropriação do trabalho.** 2016. 341 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

mercado de bens e serviços sofreu com o pagamento de altíssimas taxas de juros estipuladas pelo Banco Central, as quais se deram em descompasso com a evolução dos salários, resultando em um massivo endividamento familiar. Para Alves (2016), a política de crédito implementada se tratou de um mecanismo ideológico do neoliberalismo para incentivar o consumismo e assim, ratificar a sociedade burguesa como a única possível no horizonte histórico.

No assunto do mundo do trabalho, Alves (2014, p. 166) compreende a intensificação do processo de exploração e degradação da força de trabalho como provenientes do "choque do capitalismo flexível" fortalecido nos anos 2000 sob a condução da gestão toyotista, perspectivada na lógica empresarial. O autor argumenta que esse sistema associado às inovações tecnológicas resultou em um modo de vida "just-in-time", baseado nas demandas trabalhistas e sob um curto prazo de tempo, desencadeando o fenômeno da vida reduzida, da precarização existencial "do homem que trabalha". O que gera uma serie de adoecimentos laborais como as lesões repetitivas, transtornos psicológicos e psicossomáticos, ansiedade, depressão, síndrome do pânico, entre outros.

É característico desse processo o aumento da distância entre os ganhos da produtividade e os salários - evidenciando que mesmo em um contexto que favorecia uma maior equivalência entre essas duas categorias antagônicas, a classe trabalhadora não foi de fato "beneficiada" nessa dinâmica. Para Sampaio Jr. (2017, p. 145), a pequena melhora na elevação pessoal de renda - que legitimou o discurso à inclusão social- correspondeu ao "atípico" indicativo de redução da concentração de salários que atenuou a distância entre a renda e a mão de obra qualificada e não qualificada.

Para Mota (2012), a geração de excedente nesse período esteve diretamente interligada com a superexploração da força de trabalho que se intensifica por meio de mecanismos refinados e sutis. Trata-se de uma concreticidade permeada de contradições ao tempo que prega um Estado interventor e atento às questões sociais, fortalece a ideia do auto-emprego, do empreendedorismo, da responsabilidade individual e da própria garantia de renda e sustento, responsabilizando a sociedade civil e o indivíduo as problemáticas sociais (MOTA; AMARAL e PERUZZO, 2012).

De acordo com Pochmann (2012), a ampliação de empregos ocorrida nos anos 2000 se estabeleceu sob uma renda mínima salarial, 95% dos postos de trabalho correspondia a uma

remuneração mensal de até 1,5 salário-mínimo. Desse modo, o autor discute que as ocupações de trabalho e a abertura salarial correspondeu a um estágio basilar da pirâmide, com uma quantidade de empregos expressivas no setor de serviços que contou com uma baixa faixa salarial. Esse estudioso também problematiza que quando comparado aos anos de 1980 e 1990, percebe-se uma redução do conjunto de trabalhadores que recebiam até 3,5 salários mínimos, em uma margem de 400 mil a menos.

No que concerne aos grandes investimentos federais nas áreas de infraestrutura, o PAC foi o maior projeto executado. O programa tinha a proposta de minorar a defasagem econômica nos setores de transporte urbano, nos locais de tráfego e carregamento como rodovias, portos, linhas férreas e aeroportos e na matriz energética, baseada em fontes renováveis e limpas para fins da exploração de petróleo e gás natural.

Para tanto, o PAC estimulou a iniciativa privada que passou a atuar na construção de grandes empreendimentos. Segundo Sampaio Jr. (2017), o PAC demonstrava o embate criado pelos neodesenvolvimentistas entre o capital fictício e o capital produtivo. A linha que o governo adotava e difundia era a do “bom” capital que traria resultados positivos à população ao invés do capitalismo “maléfico” voltado apenas a interesses restritos, baseado na especulação desenfreada. Desta forma, veiculava a defesa de um capitalismo produtivo, gerador de riquezas e rendas no cenário nacional.

No entanto, apesar do governo classificar o programa em um direcionamento, enaltecendo o ramo privado, na prática o PAC seguia as conduções da política econômica aplicada, qual seja, a corrente valorização especulativa do capital fictício por meio das vendas de títulos da dívida pública, sob altas taxas de juros. Um movimento que correspondia aos interesses dos rentistas em detrimento das reais necessidades da sociedade. Conforme Sampaio Jr. (2017), era nesse quesito que se constituía o caráter antissocial do PAC.

Para Sampaio Jr. (2017), no decorrer desse ciclo a economia do país se comportou de modo mediano. O caráter macroeconômico pela via do rentismo comprometia em cheio as possibilidades produtivas do mercado nacional. Não houve avanços na potencialidade de gastos por parte do Estado em linhas de investimento para a produção interna. Fato este que segundo esse autor, explica o alinhamento do PAC ao mercado privado, o qual coordenou os investimentos do programa uma vez que, o setor público encontrava-se detido ao capital

financeiro cujo maior compromisso, no mercado externo e interno, era com os credores da dívida.

Quanto à análise do sindicalismo no período, o governo do PT desmobilizou não só as centrais sindicais, como também os movimentos sociais, integrando-os a gestão burocrática do Estado. Nesses termos, caberia aos trabalhadores e seus representantes sindicais deter-se aos discursos e implementação de crescimento econômico para a superação de entraves e problemáticas históricas pertencentes a esta classe. O ideário neodesenvolvimentista foi estratégico para contornar conflitos históricos e estruturais – tomando-os em consenso, relegando o levante de projetos autônomos baseados em uma atuação sindical combativa (FERREIRA, 2018).

De acordo com Braga e Bianchi (2011), somente no governo Lula foram ocupadas 1.300 vagas de postos superiores de direção, assessoria e consultoria com sindicalistas. O valor anual pago a esses dirigentes sindicais chegou à faixa de 200 bilhões de reais. Um período em que se contou com a participação dessa categoria em funções estratégicas aos assuntos concernentes aos Fundos de pensão das empresas estatais e na ocupação de cargos de renome em organismos federais como na Petrobras, Furnas Centrais Elétricas e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) chegando ate a compor o conselho administrativo dessa sociedade.

Para Braga e Bianchi (2011), tais fatos comprovam a existência de uma cooptação sindical. Um movimento que apartava importantes lideranças e representantes sindicais das origens e bases outrora assumidas. O que na prática, contribuiu às desmobilizações dos movimentos sociais e das classes populares.

No plano ambiental, foi marco desse período o fomento ao agronegócio, o negligenciamento as políticas de preservação ambiental, a ampliação da liberdade aos transgênicos, a não priorização das demarcações das terras e assentamentos indígenas e o não avanço da reforma agrária – uma das principais bandeiras de lutas do partido (SAMPAIO JR., 2017). O PT fez vista grossa em muitos aspectos sociais e ambientais para ficar ao lado das pretensões de fazendeiros, madeireiras e mineradoras, ratificando a sua subserviência ao nexo global.

A prática lançada de fusão com as empresas externas e transnacionais, por meio do incentivo do BNDES, desaguavam no processo de primarização econômica, no qual

correspondia a um "novo extrativismo" que tinha um retiro demasiado e inconsequente da natureza para fins comerciais, aprofundando assim, os impactos sociais e naturais, no qual, expressa uma massiva exportação de nossos recursos naturais. Destaca-se também o extrativismo mineral sob a exploração de jazidas de petróleo. Falar da questão ambiental implica em reconhecer a centralidade da desindustrialização, do poderio do latifúndio e da expansão do agronegócio na centralidade desse processo (SAMPAIO JR., 2017).

Diferente dos anos do Nacional Desenvolvimentismo, a indústria brasileira no neodesenvolvimentismo não obteve destaque, ficando com um parco desempenho nessa área, na ocasião o setor de serviços se sobressaiu. Essa fragilidade da indústria interna é sentida com um maior peso após a crise de 2008-2009, cenário em que o comércio varejista começa a se estabilizar e a produção industrial decaí. Segundo Carvalho (2018, p.43), esse fenômeno ocorreu porque os produtos vendidos estavam sendo produzidos em outros países. O país contava com um quantitativo de 103,4% de produtos importados.

Logo, o crescimento proveniente do consumo e do investimento estavam sendo encaminhados para fora do país, as compras realizadas pela população correspondia a produtos fabricados em outro lugares. Carvalho (2018) explica esse fato a partir da valorização do real que desencadeou a alta dos produtos nacionais, resultando em um maior estímulo às importações e um menor incentivo às exportações. Um processo que inviabilizou a construção de novos ramos industriais, comedindo uma maior diversificação da nossa base manufatureira. Para a autora, um dos maiores impasses desse contexto foi o tolhimento de mudanças profundas em nossa produção interna.

O predomínio do setor primário exportador desembocou em um processo gradual de desindustrialização do país, limitando ainda mais as possibilidades neodesenvolvimentistas. Carvalho (2018) compreende que uma direção voltada ao crescimento de setores fundamentais, considerando a indústria e os serviços, seria capaz de sustentar as alterações do mercado interno e do mercado de trabalho em longo prazo. Conforme nos fala, não houve políticas de investimento que estimulassem uma ampliação produtiva o que comprometeu diretamente na continuidade do direcionamento adotado. "A lição a ser tirada é que um processo de crescimento com dinamismo do mercado interno exige uma política industrial voltada para a diversificação da estrutura produtiva" (CARVALHO, 2018, p.45) Assim, tece uma crítica à forma como foi conduzido o setor industrial no período.

No quesito tributação, Kliass (2017) reitera que em todo o período neodesenvolvimentista, não se apresentou nenhuma proposta de alteração tributária continuando nos moldes do consumo e renda e não se considerando o patrimônio, investimentos e atividades financeiras nem mesmo os lucros referente às exportações das commodities. O autor problematiza que do mesmo modo que o sistema tributário contrai muito mais das camadas de renda inferiores- uma vez que taxar o mesmo valor para quem ganha menos, se torna uma alta discrepância, o prosseguimento de renúncias fiscais beneficiam os setores de maiores rendas da população e o próprio capital. Conforme Kliass (2017) cerca de 90% dos recursos do fundo fiscal são destinados ao financiamento empresarial.

> Tal estratégia foi mantida ao longo do período petista no poder. Em 2003, 51% do volume total das desonerações eram direcionados para favorecer as empresas. O restante era dirigido para isenção dos setores de renda média e alta, por meio das deduções do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF). No final do período, em 2015, as informações do MF oferecem um quadro de maior concentração de favores ao capital. Assim, percebe-se que 84% das renúncias beneficiavam as empresas e apenas 16% as camadas médias da população (KLIASS, 2017, p.105).

Em síntese, a elevação da arrecadação de tributos e a quase nula restrição externa devido ao boom das commodities, somada a redistribuição de renda feita na margem eram os maiores indicadores da continuidade da miséria, do disfarce desempenhado, das limitações que coexistiam na aplicação da tendência neodesenvolvimentista. A superação desses conflitos batia de frente com a política de consensualidades desempenhada e obrigaria o governo a encarar os conflitos entre as classes sociais e a hegemonia do capital no bloco no poder burguês.

Compreendemos então, que a expansão dos programas compensatórios e as iniciativas de inclusão social, embora tenham surtido efeitos importantes na amenização dos determinantes sociais da dinâmica de acumulação e produção capitalista, teve sua finalidade fundamentada na legitimação dessa mesma ordem que produz e reproduz a desigualdade social. Diante da massiva exploração da força de trabalho, da precarização e da informalização nessas relações, se garantia um mínimo social aos desalentados como forma de tolher a organização dos trabalhadores e as lutas sociais contrárias a esta racionalidade.

III– CONCLUSÃO

O neodesenvolvimentismo minou quaisquer possibilidades de retificação e modificação no processo de composição histórico e cultural da sociedade. A esquerda estatista demonstrou sua incapacidade hegemônica de romper com o modelo de controle do metabolismo social. O abandono do "reformismo fraco" (SINGER, 2018) (de uma atuação nas margens dos problemas estruturais) empregado pelo PT só seria possível com a composição de uma frente política que se pusesse de encontro à supremacia do Estado neoliberal. Para isso, se fazia necessárias duas urgentes reformas: a reforma política de democratização do parlamento brasileiro e a reforma tributária vislumbrando uma justiça social (ALVES, 2014).

A escolha por ficarem na superfície dos fenômenos impede que se apercebam tais disparidades. Os questionamentos são dentro do panorama dado. Negligenciam-se os rebatimentos do imperialismo e da ordem global na indústria, no crescimento econômico e na desigualdade social. Supervalorizam-se os fortuitos índices sociais e econômicos e desconsideram os aspectos negativos imbricados nesse modelo. Por isso, reforçavam a ideia de que a sociedade brasileira vivenciava um período endógeno de crescimento e altivez nacional.

Nesses termos, enfatizamos que não desprezamos os dados trabalhados e as análises tecidas pelos intelectuais orgânicos do governo sobre o desempenho macroeconômico e social obtidos com a implementação do PAC, a importância da Petrobras na geração de emprego e renda e no investimento nacional, a condução do BNDES, o caráter contraditório das políticas que ao tempo que amplia o acesso das camadas relegadas da sociedade fomenta a iniciativa privada e "mercantiliza" este direito. Contudo, buscamos deslindar essa processualidade para evidenciar a sua real funcionalidade, apresentando as suas fundamentais contradições e limitações porque é inscrita na ordem do capital e sob esta ordem se direciona o projeto neodesenvolvimentista, o que nos leva hoje a compreender o porquê do seu sucesso e do seu "rápido" recuo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. São Paulo: Canal6 editora, 2014.

_____. A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2003-2013). In: MACÁRIO, Epitácio; SOBRAL, Erlenia Sobral do Vale; RODRIGUES JR., Natan. **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 101-127.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 69-102.

BBC NEWS BRASIL. **O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais**. Disponível em < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru>. Acesso em: 22/04/2020.

BRAGA, Ruy; BIACHI, Álvaro. **A financeirização da burocracia sindical no Brasil**. 2011. Disponível em: <https://www.correiocidadania.com.br/politica/5816-12-05-2011-a-financeirizacao-da-burocracia-sindical-no-brasil>. Acesso em: 15/05/2020.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em Pauta.** Rio de Janeiro, v.11, n. 31, p.119-138, 2013b.

_____. A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 119, p. 583-591, 2014.

FERREIRA, Crismanda. **Posicionamentos e estratégias sindicais no contexto dos conflitos do trabalho em Suape**: uma expressão da nova morfologia do sindicalismo brasileiro nos anos 2000. 2018. F383p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife-PE, 2018.

GARCIA, Marco. **Dez anos de política externa**. In: SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 53-67.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e sociedade**. São Paulo. N. 112, p.637-671, 2012a.

IPEA. **O que é ? índice de gini.** Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em:19/04/2020.

KOSIC, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KLIASS, Paulo. Aspectos da política fiscal. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (Orgs.). **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. p. 107-115.

MATTOSO, Jorge. Dez anos depois. In: SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 111-121.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 29-45.

_____ AMARAL, Ângela; PERUZZO, Juliane. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 153-178.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média?** o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 145-156.

RBA. **Brasil avança 4 posições em índice de desenvolvimento da ONU.** Disponível em: < https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2010/11/brasil-avanca-posicoes-em-indice-de-desenvolvimento-da-onu/>. Acesso em 22/04/2020.

SAAD, Filho; MORAIS, Lecio. **Brasil neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SADER, Emir. **A construção da hegemonia neoliberal**. In: SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 135- 143.

SAMPAIO JR., Plínio. **Crônica de uma crise anunciada**: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo (SP): SG- Amarante Editorial, 2017.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das letras, 2018.